

DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EXCLUDENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO ACERCA DO TEMA

Emanuel Gilson Dantas; Vanessa de Faria Ferreira Huerta

*Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin – emanuelgilson1@gmail.com; Faculdade da Terra de Brasília-
vanessadefariaferreira@gmail.com*

Resumo:

Ao longo da evolução humana, a escola tenta acompanhar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e novas formas de adquirir conhecimento. Com a evolução do conhecimento são acrescentadas responsabilidades para a educação escolar, um dos desafios apresentados nesta realidade educacional é a consolidação e a prática do direito a inclusão dos alunos considerados diferentes. O referido trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução da educação escolar excludente para a educação escolar inclusiva. Para chegar a uma conclusão e alcançar o objetivo geral desenvolvemos uma pesquisa de base qualitativa e usamos como metodologia para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica sobre os temas história da educação e inclusão escolar. Concluiu-se que os profissionais da educação com pensamentos e ações inclusivas devem ser desafiados constantemente para que saia da zona de conforto, que consiga unir a teoria e a prática em suas atuações diárias. Nota-se que a educação inclusiva proporciona ao ser humano uma educação completa e compreensiva, entende as limitações pessoais e contribui para todos que estão inseridos neste contexto possa desenvolver com pessoas diferentes em todos os aspectos. O conhecimento sobre inclusão escolar é vasto e a cada dia autores, professores alimentam sentimento de inclusão fazendo com que seja disseminado. Este estudo realizado pelos autores é apenas um resgate literário sobre a construção do conhecimento em relação ao tema inclusão e a constante luta por uma educação escolar igualitária nas diferenças dos seus participantes, já que aprendizagem é infinita, novos olhares sobre observações e estudos relacionados ao tema surgirão.

Palavras-chave: Escola, exclusão, inclusão.

INTRODUÇÃO:

As discussões científicas sobre o papel de educar pela instituição escola nestes últimos anos estão ganhando notoriedade na mídia e nos ciclos de debate, tanto informal como formal para assuntos ou problemas de cunho escolar. Com isso o papel social da escola vem sendo alterado ao longo dos anos. Atualmente uma das principais funções sociais da escola é promover a inclusão de alunos com necessidades específicas no ambiente escolar.

Daí, surge o interesse em estudar, pesquisar e socializar o conhecimento na área de educação formal e seus problemas, que está imbuído na comunidade escolar, especificamente, envolvendo a evolução histórica da escola excludente para a educação inclusiva, haja vista ser o direito do aluno em participar de um ambiente escolar inclusivo.

Sendo assim, o estudo tem como objetivo geral **analisar a evolução histórica da educação escolar excludente para a educação escolar inclusiva**, no sentido de levar ao



conhecimento da comunidade escolar e interessados, a construção histórica deste direito para que possamos praticar de forma ampla e ter escolas inclusivas de melhor qualidade educacional.

Organizou-se o trabalho da seguinte forma.

Na primeira parte, referencial teórico, descreveu-se sobre a história da educação abordando a função social da escola e o histórico da inclusão, o que possibilitou significativamente a análise dos dados.

Na segunda parte, apresentou-se o tipo e a metodologia da pesquisa utilizada pelos autores para nortear a construção da conclusão e as considerações finais da pesquisa.

E, finalmente, a terceira parte, onde descreveu-se os resultados da pesquisa fundamentados nos autores citados na fundamentação teórica, através de texto que está nas considerações finais, onde discorreu sobre as reflexões e opiniões em torno da pesquisa realizada.

O Resgate Histórico da Educação Escolar Excludente X A Construção Histórica da Inclusão:

Enquanto a sociedade evolui na área tecnológica ou nas áreas sociais, novas atribuições são determinadas para a escola. Assim sendo, diante dessas mudanças a função social da escola, também se modifica.

Segundo Gadotti (1993), no período de produção primitivo não existia escola, e o homem colhia do meio em que vivia o que dava para sobreviver e a escola era confundida com a vida. A escola *stricto sensu* nasceu da passagem do modo de produção primitivo para o modo escravista.

O momento histórico que ocorreu o nascimento da escola é o período neolítico. Com as transformações na sociedade, a escola como marco deste momento histórico nasceu desigual, e a sua função seria, encaminhar a criança para a fase adulta, através de rituais de iniciação em cerimônias religiosas, ensino das habilidades naturais, das expressões corporais e do desenvolvimento das artes e da cultura.

Observa-se que, ao longo da história, a educação, vem sempre sofrendo transformações de acordo com a necessidade da sociedade, que a idealizou. Isso nos mostra que a escola está em função da sociedade.

Como já havia sido comentado, a escola era desigual e não era diferente, das gregas e romanas, era para poucos e tinha como objetivo instruir seus alunos para a oratória, que era o



ideal de homem para este modo. A educação grega queria incentivar a individualidade. A partir desta afirmação nasce um novo conceito de educação, que hoje em dia nós chamamos de Educação Liberal.

Com o nascimento do Feudalismo cria-se a terceira escola, que foi dirigida pela Igreja Católica tornando-se um aparelho ideológico do estado e sendo utilizado para difundir a sua boa nova. A partir de Constantino, o catolicismo torna-se a religião oficial e ao mesmo tempo estado. Neste período histórico quem educava era o estado, quem iria contra a verdade da Igreja seria perseguido e considerado um herege.

O Renascimento do século XV culminou em um novo modo de pensar (o advento de liberdade de espírito), neste período foram criadas as universidades. Os burgueses não mais acreditavam nos dogmas apresentado pela igreja. Os primeiros a se preocupar com a escola gratuita foram Lutero e seus seguidores.

Após discorrer de forma sucinta a história da educação no contexto geral, passa-se a descrever a história da educação no Brasil. O seu desenvolvimento educacional aconteceu tarde, devido à influência colonial e jesuíta. Nos anos 20 e 30 do século XX a educação vivencia um momento de mudanças, marcados pela pregação liberal da educação que defendia a sua gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, bem como a laicidade e a co-educação. Essa pregação opunha-se à concepção de educação representada pelos católicos. (GADOTTI, 1986)

Por volta de 1924, os liberais se reúnem em torno de uma Associação, a ABE- Associação Brasileira de Educação, que culmina em março de 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado por 23 educadores e 3 educadoras, todos de diferentes regiões do país, e de variadas formações, em meio a uma quase guerra civil, saem a público e lançam o Manifesto dirigido ao povo e ao governo, objetivando a reconstrução nacional pela Reconstrução Educacional no Brasil. Entre eles, Anísio Spinola Teixeira, Fernando de Azevedo, Paschoal Lemme, Almeida Jr. (AZEVEDO; LEMME, 1932).

O Manifesto defendia em especial o direito de todos a educação, de forma igual e portanto única para todos quantos procurassem a escola pública. (CURY, 1982).

Uma das conquistas dos pioneiros foi a incorporação na Constituição de 1934, o estabelecimento da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário e do ensino religioso facultativo. (GADOTTI, 1986).

A Constituição de 1946, fixa a necessidade de elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino. Começa a longa gestação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,



somente, sancionada em 1961. Lei 4.024/61.

Esta Lei representa a privatização do ensino, assim sendo a LDB, já nasceu ultrapassada. (GADOTTI, 1986).

Para corrigir as inadequações no sistema do ensino na LDB/61 é criada uma nova LDB nº 5692/71 e atualmente, a LDB em vigor a 9.394 de dezembro de 1996.

Nesse breve percurso pela história da Educação no Brasil, é evidente, as lutas dos educadores em prol de um ideal de educação, no entanto, a escola ainda deixa muito a desejar no que concerne a um espaço capaz de promover plenamente o desenvolvimento intelectual e social dos que dela fazem parte, embora conste na Constituição de 1988, art. 205, e na LDB/1996 art. 2º, que a educação deve ser promovida e incentivada visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Nota-se que a educação deve ser para todos, devendo ser um espaço que agregue e não exclua e sim inclua, não importando-se com cresças, raças, limitação física, ou intelectual dos seus participantes, dando chance para todos se desenvolverem de forma significativa.

Para chegar-se a este entendimento, de que a escola é um dos melhores espaços de inclusão, houve-se uma trajetória histórica que será descrita.

Antes de acontecer experiências de educação especial no Brasil, que é uma forma de inclusão, havia na Europa registros de experiências bem sucedidas para a época e que serviu de modelo para o início desta educação especial no nosso continente. (OLIVEIRA, 2010).

A iniciativa era considerada de cunho partícula, já que não era o poder público que bancava a educação especial. Este pensamento de cunho particular durou mais de um século. A participação do governo na educação especial iniciou-se quando D. Pedro II, por meio de decreto imperial criou em 1854, na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que mais tarde seria renomeado, por também decreto imperial para Instituto Benjamim Constant (IBC). (OLIVEIRA, 2010).

As iniciativas de cunho particular não desapareceram com a iniciativa do governo imperial. Surgindo instituições como o Instituto Pestalozzi no início do século XX. A partir de 1957 o governo federal assumiu a educação especial, que neste período ainda era tratado pelo termo: alunos excepcionais. (OLIVEIRA, 2010).

Nota-se que a iniciativa filantrópica, considerada particular, contribuiu bastante para que o governo percebesse a importância de tomar medidas efetivas para atender um público específico. Com esta notoriedade de um público, durante anos surgiram leis que tratava da educação especial, que evoluiria para a educação inclusiva.



Na construção histórica da educação inclusiva teve-se três Leis de Diretrizes e Base da Educação. Na primeira, Lei 4.024/61 procurou proporcionar um lineamento para a educação do país, já fazia menção aos direitos dos deficientes à educação, de forma timidamente, ditando que dentro do possível, os excepcionais deveriam participar do sistema geral de educação. Na segunda, Lei 5.692/71, define-se de forma mais específica, quem deveria participar da educação inclusiva e por fim a última, Lei 9394/96 que em seus artigos 58 e 59 são mais claro em relação a educação inclusiva, assegurando metodologias adequadas para o aluno que tem necessidades educacionais. (OLIVEIRA, 2010).

A principal lei que garante direitos universais no Brasil, pregando a não discriminação, não importando qual seja a sua necessidade é a Constituição Federal. Segundo Oliveira:

Trabalhar as diferenças é o ponto principal garantido pela Constituição da República desde 1988. Apesar disso, o que se percebe na realidade é que a sociedade pré estabelece modelos, deixando à margem tudo o que foge à regra. Regras que eram estabelecidas pelas classes dominantes do governo. (2010, p. 34)

Atualmente com a ajuda das leis a sociedade está mudando a concepção de direitos e responsabilidades, aprendendo de forma impositiva a respeitar direitos universais.

As leis estão contribuindo com a quebra de paradigmas sociais e com o novo pensamento social as instituições educacionais, como o Ministério da Educação e outras instituições ligadas a este ministério vem publicando resoluções.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior “devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada pra a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”. (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

A formação institucional para os professores oferecida por Universidades é bastante importante, mas a pessoa que recebe esta formação deve querer trabalhar com um determinado público, ou a formação não terá tanta eficácia na atuação diária com os alunos.

No século 21 a luta pela educação inclusiva intensifica-se a cada ano. Exemplo da amplitude do tema é que em 2004 o Ministério Público Federal, baseando-se no Decreto nº 3.956/2001 lança o documento o “Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, tendo o objetivo de divulgar os conceitos e diretrizes na educação. Dois anos após A ONU aprova A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece que os países participantes devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. (OLIVEIRA, 2010).



Percebe-se que o Brasil caminha para proporcionar a educação inclusiva no ambiente escolar, isso não significa que a caminhada está chegando ao fim, já que para OLIVEIRA,

A inclusão educacional precisa ser entendida como o espelho na educação, já que consiste em oferecer uma oportunidade de desenvolvimento e aprendizagem para todos, respeitando as diferenças, valorizando a diversidade. (2010, p. 37).

Nota-se que a história da educação inclusiva proporciona ao ser humano uma educação completa e compreensiva, já que entende as limitações pessoais e contribui para todos que estão inseridos neste contexto possa desenvolver com pessoas diferentes em todos os aspectos.

Mesmo com toda esta construção da educação inclusiva, nacional e internacional ainda existe a exclusão. Segundo OLIVEIRA,

[...] as crianças com dificuldade de aprendizagem e/ou necessidades educativas especiais são matriculadas no ensino regular em classes de integração, onde o aluno precisa fazer um grande esforço para acompanhar as atividades da turma. Em nome da inclusão se promove na prática pedagógica uma política de integração com drásticas consequências excludentes. (2010, p. 41).

A exclusão acontece de todas as formas, desde a adaptação do aluno com necessidades educacionais específicas, até a escolha do profissional da educação que irá atendê-lo durante o ano escolar.

Para MARTINS,

A escola regular, de uma maneira geral, não foi, nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de “normalidade”. (IMBERNÓN *apud* MARTINS. 2011, p. 17).

A explicação de Martins é bem clara e nos permite a entender por que pleno século XXI ainda existe a exclusão.

Neste meio de perspectivas encontra-se o professor que deve está qualificado para acompanhar o desenvolvimento do educando e contribuir para a inclusão. Um dos primeiros profissionais que o aluno tem é com o pedagogo.

Nota-se que é a junção de qualidades, formação e exercício da profissão que forma um professor comprometido com a formação de outros seres humanos, este ser humano que não difere uma pessoa com necessidades educacionais específicas ou não, apenas ser humano. A inclusão no Brasil está sendo construída. O que sabemos é que tem escolas que são obrigadas



por lei para receber crianças com necessidades especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 58 descreve como

[...] **educação especial** (grifo do autor), para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida **preferencialmente** (grifo do autor) na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (MESSEDER. 2012, pag. 174)

No mesmo artigo da mesma lei citada anteriormente, desta vez em seu parágrafo segundo traduz como deve ser o atendimento.

§2º- O atendimento educacional será feito em **classes, escolas** ou **serviços especializados**, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, **não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular** (Grifo do autor). (MESSEDER. 2012, pag. 175)

Conforme relatado anteriormente, as leis obrigam a escola realizar a inclusão de seres humanos com necessidades específicas, mas cabe ao professor a escolha ética de trabalhar e fazer com que este ser humano se desenvolva educacionalmente de forma coerente.

O entendimento sobre Inclusão também está sendo construído, neste momento há a discussão que incluir ou realizar inclusão não é apenas colocar uma criança ou adolescente com necessidade educacional dentro da escola ou dentro de uma sala de aula. Entende-se como inclusão que:

A inclusão, portanto, não é algo de que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é uma mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma compreensão de que todos dos seres humanos são humanos sem distinção. (MARTINS. 2011, pag. 63)

A inclusão deve ser estendida para todos e que todos sejam iguais nas diferenças.

CAMINHADA METODOLÓGICA

Através da pesquisa há inúmeras possibilidades de desvelamento da realidade, desde que haja critérios. Para tanto, o pesquisador deve estar atento para observar os métodos científicos inerentes à busca da realidade a que se propõe, haja vista ser, a pesquisa, “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em que qualquer campo de conhecimento. (LAKATOS. 2006, p. 44).

Partindo deste princípio, o procedimento metodológico adotado para a realização da



presente pesquisa, foi norteador por um estudo analítico de base qualitativa, em que a metodologia de investigação “é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas” (GOLDENBERG, 1999, p. 63) enfatizando a compreensão da realidade em relação ao todo.

COLETA DE DADOS

Os procedimentos metodológicos para coleta de dados consiste na pesquisa bibliográfica, por ser.

[...] conduzida, principalmente, pelo uso de materiais escritos. Está associada com a procura de fatos significativos e interpretações do passado e com dados e informações estatísticas encontrados em documentos oficiais, periódicos profissionais e em fontes similares. (GRESSLER, 2007, p. 71).

A pesquisa bibliográfica não é apenas recolher informações aleatoriamente, como a autora afirma há critérios para selecionar a fonte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançar o objetivo do referido artigo, recorreremos a análise do conteúdo, que segundo Bardin (2004, p.33). “[...] aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

CONCLUSÃO:

Com a finalidade de analisar a evolução histórica da educação escolar excludente para a educação escolar inclusiva, chegamos ao termino desse trabalho, com a consciência tranquila e com a alegria de termos conseguido, além de vencer mais um desafio, podemos de alguma forma contribuir com profissionais da educação e que têm interesse e compromisso com a educação inclusiva.

Ao longo da nossa caminhada, nos deparamos com referenciais teóricos que nos mostra a evolução e a luta, por uma educação inclusiva, que deve proporcionar uma verdadeira inclusão de alunos com necessidades específicas no ambiente escolar. As referências nos remete que devemos nos apropriarmos do conhecimento e coloca-lo em prática, usando do que Libâneo chama de profissionalização e o profissionalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao longo da evolução humana, a escola tenta evoluir acompanhando o desenvolvimento da ciência, tecnologia e novas formas de adquirir conhecimento. Como a escola não é uma instituição a parte da sociedade, com a evolução do conhecimento vem novas responsabilidades para a educação escolar, um dos problemas apresentado nesta nova realidade educacional é a inclusão de alunos com necessidades específicas. Como observado, ao longo da história, a educação escolar, vem sempre sofrendo transformações de acordo com a necessidade da sociedade, que a idealizou. Isso nos mostra que a escola está em função da sociedade.

Por fim conclui-se que os profissionais da educação deve ter uma formação constante sobre a inclusão, mas não apenas conhecimento técnico, compromisso com a educação inclusiva.

Os profissionais da educação deve ser pessoas humana em seu íntimo para poder entender a capacidade individual de cada aluno, principalmente dos que tem necessidades específicas. Nota-se que os profissionais da educação com pensamentos e ações inclusivas deve ser desafiados constantemente para que saia da zona de conforto para que consiga unir a teoria e a prática em suas atuações diária. O conhecimento sobre inclusão é vasto e a cada dia autores, profissionais em geral alimentam este sentimento de inclusão. Este estudo realizado pelos autores é apenas uma pontinha da construção do conhecimento, já que momentaneamente há a construção do processo de aprendizagem, novos olhares sobre observações e estudos relacionados ao tema.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Fernando de; LEMME, Pascoal. **A reconstrução educacional no Brasil, ao povo e ao governo**: manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa- Portugal: Edições 70, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Comemorando o “manifesto dos Pioneiros da educação nova/ 32”**. Polígrafo. [S.1], [5. ed.]. 1982.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Educação brasileira**: uma primeira aproximação: orientação do trabalho na escola, alguns pressupostos. São Paulo: Ática. 1993.

GRESSLER, Alice Lori. **Introdução à Pesquisa**: Projetos e Relatórios. 6. Ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LAKATOS E.M., MARCONI M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6 ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos-[et al.]. **Inclusão: compartilhando saberes**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MESSEDER, Hamurabi. **Entendendo a LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional lei nº 9.394/1996**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, Márcia Denise Marques de. **Educação inclusiva: concepções e práticas na perspectiva de professores**. Brasília: Editora Aplicada, 2010.

PILETTI, Claudino. **História da educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.

PILETTI, Nelson. **Estrutura administrativa do ensino brasileiro: estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. 25 ed. São Paulo: Ática, 1999.

